

A INCLUSÃO QUE NOS UNE E AS BARREIRAS QUE NOS SEPARAM.

Autor (a): Douglas Lucas Veloso de Carvalho; Coautor (a): Ana Beatriz Rodrigues de Araújo;
Orientador (a): Rafaella Asfora Lima.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – douglaslvcarvalho@gmail.com

RESUMO: Quando há políticas educacionais numa perspectiva de trazer melhorias na inclusão de pessoas com deficiência, há toda uma quebra de paradigmas voltados para uma democratização cada vez maior no âmbito escolar e criam-se possibilidades para uma nova forma de aprendizagem, abrem-se portas para um mundo melhor e uma convivência diferente e saudável. A pesquisa foi realizada em duas instituições de ensino para obtermos um olhar crítico em relação à como a inclusão escolar de pessoas com deficiência é realizada pela comunidade escolar. Partindo desse pressuposto surge, então, a necessidade de compreender de qual forma a inclusão está sendo feita dentro da sala de aula com realidades diferentes, percebendo quais estratégias são tomadas para derrubar as barreiras que impedem uma total inclusão e pontuando semelhanças e diferenças na inclusão promovida por ambas às escolas. Para não concluirmos é essencial ter o desejo de não repetir os erros do passado, investir num futuro novo e em professores que queiram transpassar o currículo engessado que se perpetuam por anos.

PALAVRAS-CHAVE: Escolarização, inclusão, currículo, políticas educacionais.

INTRODUÇÃO

Quando há políticas educacionais numa perspectiva de trazer melhorias na inclusão de pessoas com deficiência, há toda uma quebra de paradigmas voltados para uma democratização cada vez maior no âmbito escolar e criam-se possibilidades para uma nova forma de aprendizagem, abrem-se portas para um mundo melhor e uma convivência diferente e saudável. De nada adianta manter um discurso político de aceitação a toda forma de diversidade, seja ela sexual, racial, étnica, religiosa e de pessoas com deficiência, se não há um cuidado e planejamento para a permanência, frequência, aprendizagem e acessibilidade a todos os sujeitos que compõem a escola.

Surge, então, a necessidade de compreender de qual forma a inclusão está sendo feita dentro da sala de aula de duas escolas com realidades diferentes, percebendo quais métodos e técnicas são tomadas para derrubar as barreiras que impedem uma total inclusão e pontuando semelhanças e diferenças na inclusão promovida por ambas às escolas.

Na tentativa de apreendermos as barreiras que ainda se perpetuam nas escolas impedindo a plena inclusão dos/as estudantes com deficiência, o presente estudo surgiu nessa perspectiva e urgência para que como futuros/as educadores/as possamos lidar com as necessidades educacionais específicas de cada educando/educanda que encontramos na

complexa diversidade das salas de aula. Afinal o conhecimento é um elemento crucial nessa batalha para que a instituição educacional possa ser totalmente inclusiva, além de possibilitar aos indivíduos a desconstrução de paradigmas, preconceitos e discriminações outrora estabelecidos.

Será realizada uma breve reflexão sobre a história da educação especial e educação inclusiva no Brasil e a legislação que rege a educação inclusiva no Brasil tudo atrelado a outras esferas que vão além da escola, perpassando pela sociedade e família, como resultados desses debates dentro e fora da sala de aula trazem algumas reflexões que encontram eco no estado da arte em consonância com o pensamento de diversos teóricos que se debruçam sobre o estudo da inclusão.

Educação especial e educação inclusiva no Brasil

Segundo Kassar (2013), a oferta de uma educação especial no Brasil é diretamente ligada às instituições de ensino religioso e começam a registrar esses dados na época do Império, em 1854, com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Em 1883, uma escola particular em Recife e outra em Niterói, começam a dar os primeiros indícios de atendimento no ensino regular para crianças com deficiências, a primeira para pessoas com deficiências auditivas e visuais e a segunda para pessoas com deficiências visuais. Em 1887 pessoas com deficiências intelectuais, físicos e visuais no Rio de Janeiro tiveram acesso às escolas públicas, assim como as pessoas com deficiência intelectuais e auditivas no ano de 1892 em Manaus e em 1898, também no Rio de Janeiro, os deficientes físicos e visuais começaram a frequentar as escolas (Brasil, 1975).

Miranda (2004) traz de forma pertinente como se deu a educação especial brasileira e ainda problematiza a falta de informações sobre a deficiência intelectual:

Quando dirigimos o nosso olhar para a história da Educação Especial no Brasil, verificamos que a evolução do atendimento educacional especial irá ocorrer com características diferentes daquelas observadas nos países europeus e norte-americanos. [...] Assim, a Educação Especial se caracterizou por ações isoladas e o atendimento se referiu mais às deficiências visuais, auditivas e, em menor quantidade, às deficiências físicas. Podemos dizer que em relação à deficiência mental houve um silêncio quase absoluto (*apud*. Miranda, p. 03).

Continuando a trilha pelo nosso caminho, até esse período as pessoas que eram identificadas como “retardadas” eram vistas dentro de hospitais e asilos e ainda que houvesse matrículas dos alunos com deficiência, não existia a intenção de escolarização dos mesmos. Então, em 1933 surge um decreto que institui o código da educação em São Paulo, porém a problemática desse mesmo código é que havia uma necessidade de criação de salas para alunos “normais” e “anormais”.

A década de 40 avança para a educação brasileira de forma geral, mas a educação de pessoas com deficiência ainda é deixada de lado, porém entrando na década de 50, Miranda (2004) traz um dado bem importante, afirmando que no ano de 1957 o atendimento educacional aos indivíduos com deficiência foi reconhecido de forma explícita pelo governo federal, em âmbito nacional, com a formação de campanhas voltadas exclusivamente para este fim.

Expansões no ensino e mudanças sociais marcam a década de 70 e 80 no Brasil, com um grande número de pesquisas surgindo e fomentando debates acerca da problemática da educação especial e com a intenção de reforçar a obrigação do país em prover a educação, é publicada, em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96. Essa lei traz em seu conteúdo alguns avanços consideráveis, podemos citar a extensão da oferta da educação especial na faixa etária de zero a seis anos; a ideia de melhoria da qualidade dos serviços educacionais para os/as alunos/as e a necessidade de o/a professor/a estar preparado/a e com recursos adequados de forma a compreender e atender à diversidade dos/as alunos/as.

Por fim chegamos à década 90 até os dias atuais onde começamos a dar passos para uma educação inclusiva onde é reconhecida como diretriz educacional prioritária. Não adianta mais segregar ou integrar alunos/as com algum tipo de deficiência, sabendo que o conhecimento é uma eterna construção o qual se faz de ambos os lados, tanto do/a professor/a quanto do/a aluno/a. É visto que nessa troca de experiências as contribuições que todos/as podem fazer para melhoria do aprendizado são de uma riqueza sem limites. Miranda (2004) aponta que para que as diferenças sejam respeitadas e se aprenda a viver na diversidade, é necessária uma nova concepção de escola, de aluno, de ensinar e de aprender.

Mendes (2006) traz um assunto pertinente em seu artigo: A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil, onde denuncia que por vezes o MEC vem prejudicando todo o processo da construção de uma inclusão escolar na nossa realidade, visto que transformam o

debate em embate quando deveriam promover a inclusão entre o poder público e a sociedade civil; vem a algum tempo tentando colocar um olhar único com uma concepção de política de inclusão, que nem sequer é vista de forma consensual por todos; mudam de local o debate, passando como melhorar a educação para todos/as alunos/as e indo a onde os/as estudantes com necessidades específicas deveriam estudar; dão prioridades aos juristas em vez de dar importância a comunidade escolar; e por fim ainda colocam a educação especial como protagonista, ao invés de colocar uma educação inclusiva como coadjuvante colaboradora.

Como Mendes (2006) defende, é importante que excluamos da nossa cabeça a ideia de que será um processo fácil, indolor e barato se quisermos de fato avançar para uma educação mais inclusiva e assim observamos se por meio da bandeira da inclusão não estamos sendo cada vez mais sutis na forma de excluir. Quando olhamos de perto, percebemos que podemos encontrar diversos sinais que todo esse processo de inclusão está sendo falho, até porque se contextualizarmos as políticas educacionais com outras políticas públicas para combater a exclusão social vai ser notório que num país com a pior distribuição de renda ficará bem complicado construir uma escola cada vez mais inclusiva.

Nesta direção, Miranda (2004) argumenta que “o como incluir tem se constituído a maior preocupação de pais, professores e estudiosos, considerando que a inclusão só se efetivará se ocorrerem transformações estruturais no sistema educacional” (Miranda, 2004, p. 07). É notório que incluir o/a estudante com deficiência requer uma mudança em toda estrutura da comunidade escolar e só será de fato efetivada quando todos os envolvidos derem as mãos e empurrarem as epistemes dominantes do nosso sistema educacional.

Um olhar legislativo acerca da educação inclusiva

A constituição Federal de 1988 foi o primeiro documento oficial que consistiu a mudança de olhar para os indivíduos com deficiência, nesse documento, a segregação estava sendo quebrada legalmente, pois em seu art. 205 dizia que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Aqui, a visão da educação especial se fazia presente, pois garantia o “atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Art. 208, inciso III).

A Declaração de Salamanca de 1994 foi um documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, na Espanha, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas

para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. É importante ressaltar que a Declaração continuou a difundir e aumentar o conceito de necessidades educacionais especiais, agregando também aquela criança que é dita como “normal”, porém não consegue ter acesso e permanência na escola. Em suas Orientações para ações em níveis regionais e internacionais o documento cita:

7. Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. [...].

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no ano de 1996 (LDBEN 9.394/96) traz um capítulo todo voltada para a Educação Especial. No Art. 59, são garantidos que os currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, serão adaptados para atender às necessidades.

Ao longo do tempo, alguns programas são criados para incrementar a LDBEN 9.394/96, entre eles, em 2003, o programa: Educação Inclusiva: Direito a Diversidade, que tinha com o objetivo de formar gestores e educadores para transformar o sistema de ensino e que todos pudessem ter o acesso e permanência na escola.

Em 2005 surge também o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, junto com a UNESCO, Secretaria dos Direitos Humanos e os Ministérios da Justiça e Educação. Esse plano tinha como principal objetivo garantir que o direito das pessoas com deficiências, aqui reafirmado, se estendesse até o Ensino Superior.

Em 2006 foi realizado em Nova York a “Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência”, esta convenção se baseia nos direitos humanos e, se fundamenta em uma nova concepção de deficiência, traz um olhar inclusivo em todo esse processo. Aqui, um de seus princípios é a acessibilidade e por isso são dados meios e propostas para erradicar toda e qualquer barreira para tais indivíduos com deficiência, em todos os âmbitos sociais. No olhar da esfera educacional temos diversos avanços com algumas metas trazendo objetivos para a criação da escola inclusiva, logo assim, dando oportunidades e possibilidades a todos/as alunos/as com necessidades educacionais específicas o desenvolvimento educativo e social.

as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência; b) as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2007, Art.24, 2).

Em 2008 surge a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, aqui, temos um grande avanço na educação inclusiva. A partir da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, políticas públicas foram criadas com o objetivo de melhorar o acesso e a permanência para as pessoas com deficiência. As políticas tem o objetivo de fazer com que o acesso, a permanência e a aprendizagem de pessoas com necessidades educacionais específicas estejam de acordo com esse documento. Ampliando também para qualquer política pública que envolva a educação, abarcando as escolas da rede privada de ensino.

Metodologia

O estudo é uma pesquisa de caráter qualitativo com delineamento à Pesquisa de Campo e a partir do que Godoy (1995) propõe tivemos a preocupação fundamental do estudo e da análise do mundo empírico em seu ambiente natural, pois aqui é importante todo o processo e não simplesmente o resultado e, também, compreender os fenômenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva dos participantes e por isso as aplicações de alguns questionários para parte da comunidade escolar e entrevistas.

Moresi (2003) afirma que os estágios de uma pesquisa qualitativa são: formulação do problema, identificação das informações-chave, coleta de dados e análise - embora mereçam frequentemente um lugar formal, não são em geral facilmente separáveis. E partindo do pressuposto nós fomos a campo com o problema formulado, que seria como os/as alunos/as com deficiência são inclusos em duas escolas diferentes, quase realidades seriam constatadas e assim observamos, conforme a tabela abaixo:

Tabela 01 – Cronograma de visitas para a observação

Escola	Visita	Instrumento	Data	Local/Turma
IEPu	1ª	Observação	25/04/2018	Escola de modo geral

IEPu	2ª	Observação	02/05/2018	1º Ano Ensino Fundamental I
IEPv	1ª	Observação	31/03/2018	Escola de modo geral
IEPv	2ª	Observação	08/06/2018	9º ano Ensino Fundamental II

Fonte: Os próprios autores: Douglas Lucas V. de Carvalho e Ana Beatriz R. de Araújo

A pesquisa foi realizada em duas instituições de ensino, uma instituição educacional pública (identificada neste artigo como IEPu) e uma instituição educacional privada (identificada neste artigo como IEPv), para obtermos um olhar crítico em relação à como a inclusão escolar de pessoas com deficiência (PcD) é realizada pela comunidade escolar, para isto objetivamos conhecer como se dá o atendimento dos/das alunos/alunas com deficiência nas escolas e apreender como ocorre/se há a adaptação do currículo para atender as necessidades educacionais específicas destes/destas educandos/educandas.

Nas primeiras visitas em ambas às escolas foi solicitado o Projeto-Político-Pedagógico e a respostas foi que ele estava desatualizado e não poderíamos ter acesso no momento, os registros ficaram nas anotações escritas e observações e ao fim da primeira observação foi entregue um questionário com perguntas mais gerais e específicas acerca da inclusão dos/as alunos/as com deficiência para que possa ser analisado se o discurso condiz com a prática. Na segunda visita nas duas escolas foram acompanhados alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas séries já indicadas, foi observado como era à rotina deles e a devolução dos questionários para que fossem investigados como está funcionando a inclusão e a flexibilização do currículo.

Os métodos qualitativos são apropriados quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende à quantificação. Normalmente, são usados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. Para aprender métodos qualitativos é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas. (Liebscher, *apud*. Moresi, 2003, p. 71).

Resultados e discussão

Nesta seção iremos expor nossos achados durante a coleta de dados. Nessa perspectiva apresentaremos uma reflexão, para exemplificar os resultados dos questionários e das observações.

Cerca de dez alunos/as com deficiência são matriculados na instituição educacional privada no Ensino Fundamental II (TEA, alunos/as com déficit de atenção, mobilidade reduzida, com deficiência auditiva e entre outros), na instituição educacional pública cerca de cinco alunos/as estão matriculados no Ensino Fundamental I.

Com isso, a formação de professores precisa ser efetuada de forma mais rápida possível, visto que a professora da IEPu não obteve nenhuma informação nem na sua formação e ainda hoje não possui tanta propriedade no que tange o assunto, assim como no IEPv, onde quatro professores também não tiveram sua formação abrangente para a Educação Inclusiva, mas parecem ter mais propriedade no assunto, visto que a escola proporciona palestras, rodas de diálogos com profissionais e pequenas formações para os educadores. Mesmo que de forma sutil, porém bem menos observado, eram as barreiras atitudinais, é perceptível um avanço, mas mesmo assim ainda existem algumas atitudes que engrandeciam os alunos autistas quando alcançado algum objetivo, ou uma inferiorização para com os demais, configurando barreiras atitudinais.

As duas escolas analisadas não são acessíveis aos alunos/as com deficiência, visto que as dependências da escola não são acessíveis às crianças que possuem alguma dificuldade de locomoção ou mobilidade reduzida. Na escola municipal possui uma rampa para a entrada de estudantes usuários de cadeiras de rodas ou que necessitem do uso da rampa, mas a biblioteca, laboratório de informática, coordenação, sala de vídeo fica no primeiro e segundo andar e o acesso se dá exclusivamente pelas escadas. Algo parecido é no colégio de rede privada, onde não possui nenhuma rampa para o primeiro andar onde estão as salas da coordenação e mais algumas outras. Ambas as redes de ensinos os banheiros são adaptados para todos/as que necessitem do seu uso.

Como queríamos entender de que forma o currículo estava sendo adaptado para esses/as estudantes perguntamos se o currículo atual era flexibilizado para atender as necessidades educacionais de cada um/a e todos os entrevistados responderam que não, visto que há uma concepção de que o currículo atual está fixo há uma realidade que nunca existiu, compreendendo que sempre existiram pessoas com deficiência dentro dos muros da escola e das paredes das salas de aula, mesmo que não diagnosticados.

As atividades da IEPu não são adaptadas para o aluno com TEA, muito menos as estratégias de ensino dos conteúdos, além de observarmos que o mesmo faz a prova escrita sem adequações, como todos os/as outros/as, contando apenas com uma AADEE (Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial) e uma AEE (Atendimento Educacional Especializado) que atende de forma periódica na sala de recursos. Essa periodização também é preocupante, pois nem a própria AADEE sabe precisar de quanto em quanto tempo esse atendimento é feito. Já na IEPv há uma preparação maior para com os/as alunos/as com deficiência, havendo uma adaptação das provas, porém as aulas e conteúdos são ensinados com base na perspectiva de integração, onde não contam com um apoio para esses alunos, eles ficam na sala e o/a professor/a precisa “dar um jeito” em alcançar todos/as os/as estudantes em suas dificuldades e nem sempre é possível. A instituição privada não possui AEE, mas conta com a ajuda do NAPEE (Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado) onde em conjunto com a psicopedagoga e os/as professores/as da escola fazem as alterações necessárias para que as provas sejam adaptadas.

Pelo que foi possível apreender durante a pesquisa, é notório que os conteúdos não são adaptados de forma necessária para esses/as alunos/as, precisando de alguns ajustes feitos por parte de toda a comunidade escolar para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem de uma forma mais efetiva na vida de cada um/a. Há uma preocupação maior na nota, na prova das crianças do que em todo o percurso que eles/as vão trilhar para chegar ao fim do ano letivo. Foi evidente uma ansiedade por todos/as os/as entrevistados/as numa forma total de inclusão e aqui são citados por tais uma reformulação do currículo, parceria entre a escola e a família, atendimentos de psicólogos para aluno-família-professor, investimento numa formação melhor dos profissionais, palestras em diversos âmbitos sociais e não apenas na escola e ainda uma conscientização maior para os/as outros/as alunos/as acolherem de forma correta a criança com necessidade educacional especial. Urge a necessidade de mudança, e que apesar de passos curtos, precisam ser efetivadas para que todos/as sejam inseridos não apenas no âmbito escolar, mas em todas as esferas sociais, para que assim sejam valorizados as particularidades e saberes de cada indivíduo independente de sua condição.

Conclusões

Um novo desenvolvimento e aprendizado sobre as práticas ou as não práticas da educação inclusiva na atual configuração do modelo escolar passam a ser levando em conta. Consequentemente fazendo com que saibamos exatamente o que podemos aproveitar ou não

para nosso futuro profissional, que é tão cheio de dificuldades e barreiras que precisamos nos encorajar a ir além, mesmo que não possamos ver o que irá acontecer em longo prazo, mas as mudanças precisam vir em curto prazo para que assim haja uma inclusão total, não apenas de crianças com deficiência, mas também a inclusão independente da cor, religião, participante da comunidade LGBTI+ que também existe dentro da escola e por vezes os/as atuais professores/as cultivam uma pedagogia do armário, na tentativa de sempre enclausurar aquele aluno/a que não se vê no modo padrão que a sociedade quer encaixar.

Por fim, o que fica de reflexão é que estamos avançando, talvez nos esquecendo dos meios para chegar ao fim, mas estamos avançando. Apesar de ser um processo longo, doloroso e caro, é necessário incluir.

Os obstáculos encontrados dentro da escola precisam de atenção e suporte para que cada barreira possa ser superada. O nosso currículo, como já citado, é de uma realidade que nunca existiu, cada vez mais é notório que vamos ter alunos com as mais diversas deficiências dentro da sala de aula e é nesse sentido que precisamos acolher, para que assim todo o percurso trilhado não seja em vão ou maquiado.

A diversidade está presente na nossa espécie e não há mais para que dificultar a vida de outros se há como ajudar a construir uma sociedade mais inclusiva afim de que o ser humano, independente de sua condição, participe de forma efetiva em todas as esferas sociais. Os instrumentos estão aí para que possamos colocar a mão na massa e alterar o status escolar para que haja uma desconstrução dos conceitos escolares pelos quais ela funciona, é preciso refazer os pilares técnicos ultrapassados que a escola insiste em querer levantar. O auxílio da família aqui também é fundamental, essa parceria entre família e escola é tão importante que até para os/as alunos/as regulares há uma mudança significativa, não adianta só matricular seu filho ou sua filha dentro da escola e não acompanhar todo o caminho que ele/a vai trilhar dentro da escola.

Para não concluir e continuarmos dando espaço a esse assunto, abrindo novas oportunidades, traçando novos caminhos, sinalizamos que é essencial ter o desejo de não repetir os erros do passado, investir num futuro melhor, investir em professores/as que queiram mudar e ir além daquilo que foi proposto por esse currículo tão ultrapassado. Além de se preocupar com as crianças que já estão dentro das escolas, é imprescindível se preocupar também com aquelas crianças que estão fora da escola e questionar o porquê estão excluídas desse processo. Ao reconhecer as especificidades de cada deficiência, ou melhor, da

aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, e cobrar o desenvolvimento do/a aluno/a com deficiência de acordo com o seu potencial e não focando na deficiência, evitando obedecer a critérios normatizados que dificilmente serão alcançados. O desejo de inclusão precisa ser único e coletivo, único no sentido de mudar tudo que já vem sendo trabalhado e que por várias vezes não funciona para todos/as e coletivo porque esse processo não será levado para frente se apenas uma ou duas pessoas queiram realmente mudar, é necessário haver braços de luta para que possa realmente transformar a escola exclusiva em inclusiva, de fato.

Referências

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília. 2008.

DOS SANTOS MENDONÇA, Ana Abadia. ESCOLA INCLUSIVA: BARREIRAS E DESAFIOS. In: **Anais do Encontro de Pesquisa em Educação e Congresso Internacional de Trabalho Docente e Processos Educativos**. 2013. p. 4-16.

DOTA, Fernanda Piovesan; ALVES, Denise Maria. Educação especial no Brasil: uma análise histórica. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, v. 8, 2007.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão**, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; SOUZA FONTES, Rejane de. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Educação. Revista do Centro de Educação**, v. 32, n. 2, 2007.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Uma leitura da educação especial no Brasil. **Caminhos pedagógicos da educação especial. Petrópolis: Vozes**, p. 19-42, 2004.

KASSAR. M. C. M; Uma Breve História da educação das pessoas com deficiência no Brasil. In: MELETTI. S. M. F; KASSAR. M. C. M. (Orgs). **Escolarização de alunos com deficiência: desafios e possibilidades**. São Paulo. Mercado de Letras. 2013.

LAPLANE, Adriana. Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 96, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar. **Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de educação. Laboratórios de Estudos e Pesquisas Ensino e Diversidade-LEPED/Unicamp**, 2002.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete Declaração de Salamanca. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de História da Educação**, v. 7, 2008.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. História, deficiência e educação especial. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas**, v. 15, p. 1-7, 2004.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. 2012.

MORESI, Eduardo et al. Metodologia da pesquisa. **Brasília: Universidade Católica de Brasília**, v. 108, p. 24, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.